

A/C Exmo. Sr. Ministro das Finanças, Dr. Vítor Gaspar
Ministério das Finanças
Avenida Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa
Portugal

Fevereiro 2013

Assunto: Programas de renovação de eficiência energética estimulam as finanças públicas

Exmo. Sr. Ministro,

Venho por este meio dirigir-me a V. Exa. em nome do Instituto Copenhagen Economics “Renovar Europa” e das suas 21 empresas e associações parceiras. Estamos a trabalhar para criar condições através das quais será possível reduzir o consumo de energia dos edifícios da União Europeia em 80% até 2050, em relação aos níveis de 2005, nomeadamente, através da realização de investimentos em programas de renovação de eficiência energética em edifícios existentes. Trata-se de um processo efectivamente rentável, um pouco esquecido, mas que pode estimular as finanças públicas em Portugal trazendo simultaneamente benefícios sociais e ambientais.

A nossa experiência de programas de eficiência energética tem-nos mostrado que por cada 1 euro investido pelos governos um retorno para as respectivas finanças públicas poderá ir até 5 euros num curto período, por vezes de apenas um ano. Esta relação tem sido demonstrada em particular na Alemanha e na Irlanda. Com base nestes resultados, foi realizado um novo estudo pela Copenhagen Economics para esta campanha “Renovar Europa”, o qual apontou os vários benefícios do investimento na renovação em eficiência energética, sendo as principais conclusões um aumento significativo na receita pública nos próximos anos, acrescido de um impulso no PIB nos próximos anos, se mais países adotarem planos ambiciosos para a renovação do seu parque imobiliário existente. Neste sentido, poderá V. Exa obter mais informações na brochura em anexo.

O estudo acima mencionado identifica igualmente quatro medidas, sem custos, que o governo de V. Exa poderá implementar a fim de estimular este novo mercado promissor, sendo as seguintes:

1. Modernizar as regras de arrendamento de modo a permitir a que os proprietários e inquilinos possam dividir os ganhos da renovação energética eficiente de edifícios.
2. Reformular a gestão orçamental de edifícios públicos para permitir a longo prazo investimentos na renovação de edifícios. Este procedimento irá reduzir a longo prazo custos operacionais dos edifícios públicos existentes.
3. Retirar ou reduzir o tratamento fiscal favorável ao aquecimento e electricidade nos edifícios para tornar mais fácil a renovação energética eficiente de edifícios e promover receita líquida direta nos orçamentos públicos.
4. Desenvolver programas bem estruturados, com risco partilhado, para ajudar o governo bem como os proprietários de edifícios privados, com o objectivo de obter poupanças, mesmo com orçamentos muito limitados.

Acreditamos que a débil situação económica actual sentida na maior parte dos países da União Europeia torna oportuna neste momento a criação destes programas, especialmente porque o estudo acima mencionado conclui que a Europa apenas regressará ao seu nível do PIB estrutural daqui a quatro ou cinco anos. Isto significa que as condições para o investimento na renovação energética dos edifícios existentes são ideais no contexto actual do mercado de trabalho e de financiamento a baixo custo, na maioria dos Estados-Membros. Os resultados do estudo da Copenhagen Economics revelam que as poupanças da eficiência energética provenientes da respectiva

renovação serão traduzidas num benefício líquido para as finanças públicas.

Agregando os benefícios calculados a nível da UE, a Copenhagen Economics estima que um ambicioso programa de renovação de energia eficiente do parque imobiliário existente poderá criar até 1.480.000 postos de trabalho, aumentando o PIB no período de 2017 até 291.000.000.000 € e aumento de poupanças anuais para as finanças públicas de até € 39 bilhões.

Anexamos a esta carta uma versão em PDF do relatório completo, mas encontramos igualmente ao dispor para enviar a V. Exa algumas cópias impressas do estudo.

Por último, gostaria de propôr uma reunião para poder debater com V. Exa a melhor forma de Portugal poder beneficiar desta oportunidade e poder partilhar mais informação com V. Exa e os respectivos serviços responsáveis na matéria.

Subscrevo-me com os melhores cumprimentos,



Adrian Joyce
Campaign Director

The Partner Companies and Associations of the Renovate Europe Campaign (in 2013) are:



Annexe

The key facts from the **Copenhagen Economics Study** looking at a high and low energy efficiency scenario shows:

- There is widespread evidence that undertaking energy efficient renovations at current energy prices often pay for themselves
- The EU Member States can stimulate economic activity, create between **760,000 and 1,480,000 jobs**, and bring benefits to **GDP of €153-291bn** depending on the level of investments. This corresponds to between **1.2% and 2.3% of EU's GDP**. These benefits stem from increased economic activity in the primary affected sectors. The benefits from stimulating economic activity are considered as “one-off” benefit from increased activity in a period of economic underperformance.
- A range of co-benefits will follow from increased energy efficient renovation such as **reduced outlay on government subsidies, improved health** due to less air pollution and better indoor climate, both of which also lead to fewer hospitalisations and improved worker productivity.
- The co-benefits will bring a **permanent annual benefit to society of €104-175bn** in 2020, depending on the level of investments made: **€52-75bn from lower energy bills**, at least **€9-12bn from co-benefits** of reduced outlay on subsidies and reduced air pollution from energy production. **The health benefits from improved indoor climate makes up €42-88bn** per year which is in the same order of magnitude as the value of the energy savings! The health benefits are evident, but difficult to estimate.
- Speeding up the recovery in the coming 3-5 years with continued projections of substantial unemployment will have a direct positive impact on public budgets. In the period from 2012-2017 the hard fact shows that **public revenues can be increased by €67bn or €128bn** depending on the scale of investments, corresponding to between **0.5% and 1% of EU GDP** – as a direct benefit from stimulating activity in a period of economic underperformance. Next to the “one-off” benefit from increased economic activity **the public budget will be improved with € 29-39bn annually** due to net savings directly impacting the public expenditure.